

# LEVANTAMENTO TURÍSTICO-AMBIENTAL DOS “PESQUE-PAGUE” DA REGIÃO DE CAMPINAS –SP

Amanda Andriota<sup>1</sup>

Gisele Gerondi<sup>2</sup>

Dr. Henry Lesjak Martos<sup>3</sup>

**RESUMO:** A poluição dos rios, o custo elevado dos transportes e hospedagem simultâneo a ausência de atividades de lazer ligada ao campo fez com que surgisse a uma crescente demanda pela pesca recreativa em estabelecimentos privados, ou seja, os pesqueiros. O número de pesqueiros aumentou significativamente no Brasil durante a década de 1990 e junto a eles a deterioração ambiental e a atividade turística. Este trabalho visa abordar quais são os órgãos de regulamentação e fiscalização, avaliar alguns aspectos ambientais e ainda analisar a infra-estrutura turística desses empreendimentos. Para isso, foram desenvolvidos um questionário e uma planilha de observação de campo, visitando-se e avaliando-se 25 pesqueiros de Campinas e região. Os resultados encontrados mostram que no geral a infra-estrutura é insuficiente para o fluxo de visitantes que recebem e a condição ambiental está prejudicada pela exploração da atividade, porém o negócio pode ter um futuro promissor se houver investimento e melhora na prestação de serviços e na conservação da natureza.

**PALAVRAS-CHAVES:** pesque-pague; pesqueiro; impacto ambiental; ecoturismo; Campinas.

## **Introdução**

A pesca recreativa ganha impulso e novos adeptos no país. Em algumas regiões, como as regiões sul e sudeste, esta atividade em sistema aquático de domínio privado (pesqueiros ou pesque-pague), começa assumir importância igual ao da pesca recreativa em sistemas aquáticos de domínio público (rios, grandes reservatórios e lagos) (FELIPE & VASSALO, 1999).

Diversos fatores contribuem para o aumento da demanda da pesca recreativa em pesque-pague. Segundo Kubitzka (1997), a poluição excessiva dos ecossistemas aquáticos e o alto custo com transporte e hospedagem são alguns fatores que motivaram esse novo quadro.

A ausência de atividades de lazer voltadas ao campo próximas a grandes centros urbanos, também auxiliou para a explosão do número de estabelecimentos particulares destinados à pesca recreativa (FELIPE & VASSALO, 1999).

Os pesque-pague são tranquilos lugares criados para a diversão e o descanso próprios de uma boa pescaria acompanhada pelo contato com a natureza (PESCA & PESCADOR, 1999).

Define-se então ecoturismo como viagem responsável a áreas naturais, com o fim de conservar o meio ambiente e promover o bem-estar da comunidade local. Existe uma parceria entre as empresas privadas que organizam experiências de viagem pela natureza e as entidades responsáveis pela proteção das áreas naturais (LINDBERG & HAWKINS, 1999).

A aquíicultura (pesqueiro) é uma atividade zootécnica que se beneficia do uso da água e da terra, e, portanto necessita de uma regulamentação e instrumentos legais, que promovam seu desenvolvimento de forma racional (INSTITUTO DE PESCA, 1998).

Os órgãos responsáveis pelas autorizações de caráter ambiental analisam a possibilidade de desmatamento, barramento, necessidade de recomposição florestal, averbação da área, derivação de

recursos hídricos, utilização de mananciais, lançamento de efluentes, espécies criadas, tipificação florestal etc., visando com isto que a utilização dos recursos naturais, não seja feita de uma maneira desordenada, causando transtorno futuro à população (INSTITUTO DE PESCA, 1998).

Nos dias de hoje, existe uma maior atenção em relação aos cuidados sofridos e causados pela aqüicultura, no sentido de que esta atividade utilize os recursos de uma forma sustentável (INSTITUTO DE PESCA, 1998). Sendo assim uma avaliação do impacto ambiental não é somente necessário, mas também imprescindível.

A avaliação de impactos ambientais é um conjunto de procedimentos desenvolvidos com o intuito de permitir a previsão, a análise e as possíveis mitigações dos efeitos ambientais de projetos, planos e políticas de desenvolvimento que impliquem alteração da qualidade ambiental (RODRIGUES 1998). Ainda segundo o mesmo autor, a avaliação ambiental se tornou mais valiosa e importante do que nunca. Esse instrumento oferece as bases para a formulação de políticas e planos que levam em consideração os potenciais e restrições naturais, permitindo o manejo dos riscos e impactos de atividades e projetos de desenvolvimento.

Para Smith (1999) devem ser criadas normas de controle e fiscalização dos pesque-pague, pois a regulamentação junto aos órgãos competentes é obrigatória, porém nem sempre cumprida, sendo que muitos desses estabelecimentos são clandestinos ou não possuem suas estruturas adequadas para evitar prejuízos ao ambiente e à ictiofauna.

### **Piscicultura: uma atividade antiga que tem futuro**

A criação de peixes remonta há dois mil anos antes de Cristo, quando os egípcios cultivavam tilápias em tanques ornamentais visando o consumo em ocasiões especiais. Apesar de iniciada no Egito antigo, a preocupação mais profissional com a piscicultura surgiu entre os chineses, por volta do ano 375 ac. Os primeiros relatos sobre o cultivo de carpas são de um criador-autor denominado Fan-Li e narram a criação de represas. Com o tempo, a atividade de criação de peixes para o consumo desenvolveu-se, mas somente no início do século XIX foi iniciada a produção de alevinos de espécies como a carpa comum e a truta arco-íris (SOUZA e TEIXEIRA FILHO, 1985).

No Brasil os primeiros registros da piscicultura datam da década de 30, quando foram feitas as experiências para obter a desova de espécies nativas em cativeiro.

Sabe-se, porém, que o brasileiro não tem o hábito de consumir a carne de peixe, que de longe é superada pelo consumo das carnes das aves, bovinos e suínos. Um dos fatores mais desestimulantes ao consumo desta, em relação aos demais do mercado, é a relação preço/ kg. O quilograma do peixe, dependendo da espécie, pode chegar a custar vinte vezes mais que o mesmo peso em carne de frango. No Brasil, o consumo *per capita* de pescado, em torno de 6,5 kg/ano, ainda é pequeno, comparado, por exemplo, ao consumo de carne bovina - 26 kg/ano. De forma análoga, o

potencial pesqueiro, marinho e continental ainda é pouco explorado no país (FAO, 2003).

### **Pesque-pague**

Uma modalidade muito interessante que está surgindo em várias regiões do Brasil é o chamado "pesque-pague", em que o piscicultor oferece seus açudes para pescaria de turistas e cidadãos urbanos. O peixe, depois de pescado, é pago e poderá ser assado no local dependendo do estabelecimento. Essa modalidade, além de aumentar a produção, poderá incrementar muito o "turismo verde". Calcula-se que há mais de mil pesque-pague instalados no Brasil. Há espaço para muito mais empreendedores (<<http://www.itis.com.br/brasil/agricultura.htm>>).

Este novo ramo da piscicultura, o pesque-pague vem evoluindo a cada ano, juntamente com a pesca esportiva. Esta por sua vez traz uma distinta ideologia: de soltar o peixe logo após sua captura e começou nos Estados Unidos durante a década de 1970, mais tarde batizada de "*Catch & Release*". A pesca esportiva não se limita apenas em praticar o "pesque e solte", mas envolve todo um conceito, muitas vezes se tornando um estilo de vida. Neste esporte o pescador deve sempre fazer o possível para devolver o peixe à água da mesma forma que o encontrou, portanto é muito importante amassar as fisgas dos anzóis e manipular o peixe com cuidado e pelo menor tempo possível (<http://www.aartedapesca.com.br/pescaesportiva.html>).

Um dos motivos que ocasionou o crescimento deste esporte é a facilidade com que o pescador tem de encontrar lazer e boa pescaria bem próxima de casa. Outro fator considerável seria a quantidade específica de peixe que se pode trazer de determinados locais, como o Pantanal, onde há um rígido controle em relação à quantidade e espécie a ser levada para casa, ou seja, ele poderá pescar o mesmo tipo de peixe encontrado lá, mas gastando menos.

Apesar de alguns pesque-pague já existirem há anos, é necessário que se melhore a infraestrutura para o público. Isso se deve principalmente a localização e aos gerentes destes estabelecimentos, que em sua maioria fica em zona rural e são comandos, geralmente, por ex-agricultores que resolveram investir em uma nova área, mas não têm conhecimentos das necessidades específicas para tal atividade.

Atualmente no mundo rural de São Paulo a agricultura ocupa cada vez menos espaço na economia rural, e vem perdendo espaço para várias outras atividades, entre elas os pesqueiros (CAMPANHOLA e SILVA, 1997).

O meio rural brasileiro está passando por uma grande transformação: as atividades não-agrícolas assumem uma importância cada vez mais expressiva. Entre 1981 e 1997, a proporção de pessoas ocupadas nos meios rurais envolvidos em atividades não-agrícolas passou de 20 para 30%, sendo a prestação de serviços, representada principalmente pelos chamados "pesque-pague" e pelo turismo responsáveis por boa parte desses números. Além de ser uma das principais fontes de complementação de renda dos agricultores, o setor movimentou consideravelmente a economia rural.

## **Regulamentação**

A aqüicultura, assim como as demais atividades usuárias dos recursos naturais, necessita de um conjunto de normas, critérios e instrumentos legais que balizem seu desenvolvimento, tornando-o sustentável (IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, *on line*).

Praticada há milênios, a aqüicultura só veio a ter seus aspectos legais como objeto de maior atenção na segunda metade deste século, o que surpreende se considerar que suas atividades guardam estreita relação com as leis de uso da terra, das águas, dos recursos pesqueiros, do meio ambiente e da saúde pública.

Embora o Brasil já conte com alguns documentos legais, este conjunto ainda se mostra incompleto e, por vezes, inadequado e ineficiente, denotando que muito trabalho está por ser feito.

Uma das questões básicas é a própria definição da aqüicultura. Nos instrumentos legais vigentes no Brasil, o termo pode ser encontrado com diferentes graus de abrangência: "o cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida" (no Decreto no 1.695, de 13/11/95, sobre a prática da aqüicultura em águas de domínio da União) ou "o cultivo ou a criação de organismos que apresentam seu ciclo de vida inteiramente em meio aquático (na Portaria IBAMA no 145-N, de 29/10/98, sobre introdução, reintrodução e transferência de espécies aquáticas)". Assim, dependendo da definição adotada, animais como jacarés, tartarugas, rãs e outros podem ou não ser incluídos como objetos da aqüicultura. Existe, entretanto, uma forte tendência de restringir a aqüicultura a organismos eminentemente aquáticos pertencentes aos grupos dos peixes, moluscos, crustáceos, algas e macrófitas de água doce (IBAMA, *on line*).

De qualquer forma, as técnicas mais amplamente usadas para exercer um controle legal e administrativo sobre a aqüicultura são os sistemas de autorização onde uma entidade governamental permite a uma pessoa física ou jurídica implantar e/ ou operar um projeto de cultivo (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, *on line*).

Um futuro aqüicultor que deseja ter sua atividade devidamente regularizada deve providenciar a regularização junto aos órgãos ambientais. Sabe-se que atualmente são poucos os aqüicultores que possuem as licenças necessárias, e os que não as possuem, se não se regularizarem, futuramente terão sua atividade suspensa por motivos principalmente de impacto ambiental.

O IBAMA torna obrigatório o registro do aqüicultor e estabelece normas de operação na atividade alegando que as pessoas físicas ou jurídicas somente poderão exercer atividade pesqueira com fins comerciais, inclusive de aqüicultura, com prévia autorização, permissão ou registro a ser concedido pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. (VENTURIERI, 2002).

## **Objetivos**

Realizar levantamento dos pesqueiros existentes na região de Campinas/SP, analisando e avaliando sua dinâmica de funcionamento e implicações ambientais e socioeconômicas.

Averiguar junto aos órgãos competentes o registro dos pesqueiros e avaliar as alterações ambientais provocadas pelos mesmos, além de conhecer a dinâmica do funcionamento desses empreendimentos.

## **Materiais e Métodos**

### **Área de estudo**

A região de Campinas-SP possui mais de dois milhões de habitantes, sendo um dinâmico e diversificado centro de desenvolvimento industrial, comercial, científico e educacional, possuindo uma alta renda média *per capita*.

A Área objetos de presente estudo será abrangida pelos municípios de Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Monte Mor, Paulínia e Valinhos.

### **Metodologia de trabalho**

Para fazer o levantamento e verificar o registro do “pesque-pague”, foram feitas visitas aos órgãos responsáveis, bem como pesquisas documentais em veículos de imprensa, lojas de materiais de pesca e *Internet*.

Foi desenvolvido um questionário (anexo 01) com questões abertas e fechadas. Aplicou-se a 25 proprietários/gerentes de pesqueiros entre abril de 2003 e maio de 2004. Foram avaliados fatores ambientais, regulamentação e condições físicas (turísticas) oferecidas em cada um.

A avaliação foi feita com base numa ficha de campo e questionário desenvolvido para esse fim, sendo observados alguns aspectos como: aspecto da paisagem local, existência de fossas sépticas, ocorrência de processos erosivos no solo, presença de vegetação natural próxima aos lagos, processos erosivos nas vias de acesso e estacionamento, sujeira na água e nos arredores dos lagos.

## **Resultados**

### **Resultados gerais**

Foi determinada a existência de aproximadamente 70 pesque-pague na região, sendo que 25 foram visitados.

A quantidade de lagos em média fica entre 2 e 5 por pesqueiro. Há os que possuem 13, 16 e até 84 lagos, mas estes geralmente utilizam alguns lagos para pesque-pague e os demais para a criação de alevinos que são revendidos para os pesqueiros da região.

Quanto aos horários e dias de funcionamento 50% dos pesqueiros fecham apenas um dia por

semana (segunda ou terça-feira), 40% abrem todos os dias da semana e 10% chegam a fechar 02 dias da semana, já que os dias de maior movimento são os finais de semana e feriados. O horário de funcionamento é basicamente das 08:00 às 19:00 h.

Quanto ao número e frequência pesquisas de visitantes, o que ocorre realmente é que não há um controle rigoroso por parte dos administradores. A tabela 1 demonstra a frequência dos visitantes nos pesqueiros estudados.

**Tabela 01 - Número médio de visitantes diários dos pesqueiros**

Visitantes/dia	Pesqueiros
Menos de 40	11
de 40 a 59	06
de 60 a 99	03
de 100 a 200	01
mais de 200	02
Não sabe	02

Os tipos de peixes encontrados são muitos, os mais comuns, ou seja, encontrados na maioria dos pesqueiros são: tambaqui, lambari, tucunaré, cachara, bagres, tilápia, *cat fish*, curimba, matrinxã, pirarara, pacu, traíra, piauí, tambacú, piaucú, piracutanga, e tilapinha.

Essas espécies de peixes são os mais encontrados pela grande oferta no mercado e pelo baixo preço (kg), em média de R\$6,00 (US\$2) a R\$7,00 (US\$2,33). Os peixes com maior valor como dourado, pintado e as carpas são encontrados em poucos estabelecimentos e o preço por quilo destes variam de R\$10,00 (US\$3,33) a R\$18,00 (US\$6), dependendo da espécie.

Dentre os pesqueiros visitados apenas 16% destinam parte de seus lagos para a criação de alevinos que posteriormente serão comercializados, ou seja, a grande maioria (84%) compra os peixes adultos, sendo que se utiliza ração para nutrir os peixes. O uso da calagem (correção da acidez do tanque) mais a adubação (fertilizantes orgânicos ou químicos) não foi citada. O volume de compras (fornecedor) de peixes/mês varia de acordo com o tamanho do lago e principalmente com a sazonalidade, que no verão faz com que aumente consideravelmente a venda de peixe e conseqüentemente a quantidade de compras do fornecedor.

### **Sistemas de cobrança**

Durante a pesquisa foi notada a diversidade dos sistemas de cobrança.

- Pesque-pague: pesca e paga o quilo do peixe (mais utilizados)
- Pague e pesque: paga entrada e o que pescar leva

Estas são as cobranças básicas, mas outras opções surgem para atender o consumidor cada vez mais exigente. Segue alguns exemplos:

- Entrada + kg do peixe

- Entrada + pesca esportiva
- Entrada + kg do peixe ou pesca esportiva

O preço de entrada varia de zero a R\$25,00 (US\$ 8,33), sendo quanto maior a entrada, menor a probabilidade de se pagar o quilo do peixe.

### **Análise Turística**

Atualmente a oferta de serviços é o grande filão que realmente dá lucro ao empreendedor. A grande maioria já percebeu isso e já oferece serviços cobrados à parte. A venda de iscas, o aluguel ou até mesmo a venda de equipamentos para pesca está presentes em quase 100% dos pesqueiros. A limpeza de peixe também é oferecida e o preço gira em torno de R\$0,50 (US\$ 0,17). Porém, uma grande parcela dos proprietários alega que suas rentabilidades são advindas dos restaurantes ou lanchonetes, e são eles que sustentam o funcionamento do local, por isso o regulamento de grande parte dos empreendimentos proíbe que se leve alimentos e bebidas.

O que deixa a desejar é a infra-estrutura básica como lixeiras, nem sempre presentes, banheiros em pouca quantidade e mal higienizados. Não se pode generalizar, há os que tiveram investimentos iniciais enormes (até se tornando clubes) e outros em que o negócio surgiu por pura necessidade que o proprietário da terra tinha de fazer com que aquilo gerasse renda para sua sobrevivência. Fica clara em algumas regiões a diferença. A região de Monte Mor oferece enormes pesqueiros (antigas fazendas), mas com infra-estrutura deficitária, talvez por ser uma região mais carente. O oposto ocorre na cidade de Paulínia que possui boa arrecadação de impostos de empresas instaladas na cidade (uma das maiores refinarias de petróleo do país) e conseqüentemente a cidade possui melhores condições de vida para a população, sendo os melhores pesqueiros da região. Outra cidade que se destaca é Indaiatuba, que também oferece uma boa qualidade de vida a seus habitantes. Os pesqueiros desta cidade são bem arborizados e parecem estar legalizados.

Os proprietários estão atentos em tentar trazer a família para o pesqueiro e não apenas o pescador. As famílias, muitas vezes com crianças, consomem muito mais. Os empreendimentos estão ofertando cada vez mais atividades para públicos de várias idades. Piscina, parquinho para crianças, quadra de futebol, churrasqueiras e até mesa de sinuca são algumas das novidades.

Em outras regiões do Estado de São Paulo os empresários estão inovando. O Pesqueiro Maeda, da cidade de Itu, que oferece além das pescarias, pousada, teleférico, clube aquático, restaurante, passeio a cavalo, e eventos (festa junina, à fantasia, confraternizações), promoção para grupos de terceira idade, etc. Outra nova modalidade é a “pesca na montanha” oferecida em Campos do Jordão, onde além de pescar o turista tem a opção de caminhar pela mata nativa, tomar banhos de cachoeira, escalar um muro com 07 metros de altura, realizar atividades de arco e flecha, praticar arborismo e andar de *mountain bike*.

## **Análise Ambiental e Socioeconômica**

A aquicultura como qualquer outra atividade de produção causa o impacto ambiental que engloba os níveis físico, biológico e socioeconômico.

O fornecimento de alimento aos peixes nos tanques é o principal fator causador da deterioração da qualidade da água dos tanques e do acúmulo de matéria orgânica no fundo. O alimento não consumido e as fezes contribuem diretamente na poluição do tanque sob a forma de matéria orgânica (ARANA, 1997).

Mas dependendo dos nutrientes liberados juntamente com os excrementos pode estimular produção de matérias indesejáveis, que conforme sua acumulação pode deteriorar a qualidade da água e do solo. O crescimento descontrolado do fitoplâncton decorrente do excesso de nutrientes que entram no sistema de cultivo é um exemplo, e causa desequilíbrio na dinâmica do oxigênio dissolvido, além da matéria orgânica, nutrientes e fitoplâncton, as atividades de aquicultura também podem poluir o ambiente por meio de uma série de drogas terapêuticas e substâncias químicas (ARANA, 1997).

Cerca de 75% dos pesqueiros estão localizados em fazendas que tinham agricultura ou pecuária como sistema de produção. Observou-se, por meio de questionários, que no bairro da Reforma Agrária, em Valinhos, muitas famílias (grande maioria com descendência japonesa) deixaram de lado o plantio de goiaba ou figo, muito comum na região, e acabaram utilizando a área para montar um pesqueiro para uma obtenção de renda.

Algumas áreas antes de virar pesqueiro eram usadas para a mineração. Este uso, muitas vezes descontrolado, faz com que o lençol freático suba à superfície formando um lago. Uma forma dos responsáveis não serem penalizados pelos danos ambientais causados é o reaproveitamento da água como lago para pesqueiros fazendo também com que haja a recuperação da área com plantio de árvores.

Constatou-se que 40% dos tanques apresentavam água suja, com pouca circulação e sobras de iscas ou ração jogada pelos visitantes ou pelos próprios donos. Como não foi efetuada nenhuma análise específica, não se pode informar, ao certo, qual o problema específico dos tanques aparentemente contaminados. Além disso, em grande parte dos locais, pela proximidade dos centros urbanos, já possuem redes de esgoto.

De 25 entrevistados apenas 01 afirmou que o pesqueiro não está legalizado. Mas até que ponto se pode acreditar nas respostas dos entrevistados? A avaliação revela que quase todos estão legalizados, porém não apresentaram a documentação pertinente. Também há sinais de que muitos apenas sobrevivem com o empreendimento que se originou diante da necessidade de renda e da aquisição de terra já não mais produtiva, ou seja, nota-se claramente que muitos não estão legalizados devido à enorme burocracia e os valores cobrados pela mesma para legalização.

Para Smith (1999) devem ser criadas normas de controle e fiscalização dos pesque-pague



pois a regulamentação junto aos órgãos competentes é obrigatória, porém nem sempre cumprida, sendo que muitos desses estabelecimentos são clandestinos ou não possuem suas estruturas adequadas para evitar prejuízos ao ambiente e à ictiofauna.

Não é somente a água e o solo que estão vulneráveis a esta “degradação”, já que a vegetação nativa é destruída, devida a má exploração do local. Atualmente, vêem-se poucas árvores aos arredores dos lagos e quase nenhuma mata originária da região. Aparentemente pequenas árvores, podendo estas ser frutíferas ou não, são plantadas apenas para regulamentação.

Por outro lado, esta atividade subsidia na manutenção das vias de acesso, que na maioria das vezes, encontra-se em bom estado inclusive os trechos de terra percorridos (aproximadamente 300 metros) para se chegar ao pesqueiro e não contém processos erosivos.

Uma deficiência encontrada foi a de sinalização, sendo insuficientes as placas indicativas da localização dos pesqueiros, até mesmo por empecilhos políticos, já que em algumas cidades as próprias prefeituras as retiram.

### **Considerações Finais**

Atualmente as profundas alterações pelas quais têm passado o meio rural e a agricultura brasileira, devem-se em grande parte à globalização. O impacto da tecnologia faz com que se diminua o emprego direto nas atividades agropecuárias tradicionais e o crescimento de novas atividades modernas e intensivas como alternativas de trabalho e de renda.

A grande mecanização substitui a mão-de-obra de trabalhadores, que sem emprego partem para uma destas duas opções: vão para a cidade (êxodo rural); ou buscam novas formas de aumentar a renda. É justamente na 2ª opção que surgem os pesque-pague, onde geralmente agricultores cansados de perder dinheiro com a lavoura tentam uma atividade não-agrícola.

Atividades não-agrícolas podem ser a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio, e a indústria. Estas atividades chegam a dar até 29% mais no salário do trabalhador do que a agricultura (VENTURIERI, 2002).

Outra alternativa que se encaixa neste quadro e está em constante expansão é o turismo. “Turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de qualquer coisa, gente. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial. A tendência da humanidade é a de se concentrar nas grandes cidades, o que torna esses núcleos humanos muitas vezes fonte de violência e neuroses urbanas. Dado esse quadro, o lazer é necessário, mas não eficiente. O turismo, permitindo ao indivíduo que se distancie de seu meio e de seu cotidiano, torna-se cada vez mais uma necessidade para o bem-estar humano” (TRIGO, 1998).

O turismo se encontra no setor terciário, o da prestação de serviços, e é isto que o pescador leva, além do peixe, é claro dos pesqueiros. A maneira que se foi atendido, o lugar bem cuidado,

higienizado, o lazer dado a toda família. É assim que daqui a diante os pesqueiros sobreviverão, agregando valor ao serviço prestado, pois peixe, todos os pesque-pague pode ofertar, mas a limpeza do peixe, um bar com garçom, um parque para as crianças, enfim, ofertar um diferencial do concorrente para sair na frente.

Não se pode esquecer do desenvolvimento sustentável. Atualmente um negócio para ser bem sucedido tem que ser sustentável. No caso dos pesqueiros, deve haver controle através de órgãos fiscalizadores, mas mesmo assim muitos acabam deixando de cumprir com seus deveres.

A lucratividade de um pesqueiro, na maioria das vezes, é proveniente de sua prestação de serviços, ou seja, quanto maior for o investimento em infra-estrutura, maior será a rentabilidade do local. Porém, deve-se voltar à atenção para aqueles proprietários que rejeitam injetar recursos financeiros para melhoria das condições de infra-estrutura e lazer .

### **Referências Bibliográficas**

ARANA, L. V. Princípios químicos da qualidade da água em aqüicultura. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

CAMPANHOLA, C. & SILVA, J.G. O novo rural brasileiro. Campinas: Instituto de Economia Unicamp, 1997.

FAO. Fishery Statistical Databases. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em 18 mar. 2003.

FELIPE, M. & VASSALLO, R. Perfil dos freqüentadores dos “pesque-pague” da região de Campinas-SP. 12p. Relatório de pesquisa. Não publicado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1999.

IBAMA. <<http://www.ibama.gov.br/>> acesso em: 10/06/2003.

INSTITUTO DE PESCA. Aqüicultura comercial. Vol. 02. São Paulo: Instituto de Pesca. 1998.

KUBITZA, F. Sistema de pesca recreativa. 02ª ed. Vol 09. Cuiabá: SEBRAE/MT, 1997.

LINDBERG, K & HAWKINS, D. E. (ORG). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. 2ª ed. São Paulo: Senac, 1999.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. <http://www.agricultura.gov.br> acesso em: 26/05/2003

PESCA & PESCADO. Quando preservação ambiental e lazer andam juntos. Março, 1999. p.22-23.

RODRIGUES, G. S. Avaliação de impactos ambientais em projetos de pesquisa e desenvolvimento agropecuário: fundamentos, princípios e introdução à metodologia. Jaguariúna: EMRAPA-CNPMA, 1998.

SMITH, W. S. Pesque-pague: uma ameaça à ictiofauna nativa? PUC-SP Ciênc. Biol.

Ambient., SP, v. 1, n. 3, 313-319p., 1999.

SOUZA, E. C. P. M.; TEIXEIRA FILHO, A. R. Piscicultura fundamental. São Paulo: Nobel, 1985.

TRIGO, L.G.G.. A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VENTURIERI, R. Pesque e pague no Estado de São Paulo. São Paulo: Eco Associação para Estudos do Ambiente, 2002.

*Sites utilizados:*

<<http://www.itis.com.br/brasil/agricultura.htm>> acesso em: 01/10/2003

<<http://www.aartedapesca.com.br/pescaesportiva.html>> acesso em: 15/06/2004



## PROTOCOLO DE OBSERVAÇÕES DE CAMPO

- Atrativos turísticos

Limpeza de peixe S  N

Churrasqueira S  N

Vende iscas S  N

Vende/ aluga equipamentos S  N

Infra estrutura: lixeiras S  N

Lanchonete S  N  Capacidade \_\_\_\_\_pessoas

Banheiros S  N  Quantos \_\_\_\_\_ limpos S  N

Estacionamento S  N  capacidade \_\_\_\_\_

Lista de checagem das condições ambientais

- Aspecto da paisagem local
  - Existência de fossas sépticas
  - Ocorrência de processos erosivos no solo
  - Presença de vegetação natural próxima aos lagos
  - Processos erosivos nas vias de acesso e estacionamento
  - Sujeira na água e nos arredores dos lagos